



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

OMAR RODRIGO DA SILVA JUNIOR

**MAPEAMENTO DE ACERVOS: Uma proposta de documentação museológica
para os equipamentos culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia
Criativa - SECEC/DF**

Brasília, DF
2022

Omar Rodrigo da Silva Junior

**MAPEAMENTO DE ACERVOS: UMA PROPOSTA DE DOCUMENTAÇÃO
MUSEOLÓGICA PARA OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA – SECEC/DF**

Monografia apresentada como requisito básico para
obtenção de título de bacharel em Museologia pela
Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de
Brasília

Orientador: Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Brasília – DF
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAPEAMENTO DE ACERVOS: Uma proposta de documentação museológica para os equipamentos culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC/DF.

Aluno: Omar Rodrigo da Silva Junior

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andrea Fernandes Considera - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Silmara Küster de Paula Carvalho - Membro

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Museologia - ULHT

Daniele Galvão Pestana Nogueira - Membro

Mestre em Ciência da Informação

Universidade de Brasília

Ivy Souza da Silva - Suplente

Mestre em Memória Social



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/03/2022, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Silmara Kuster de Paula Carvalho, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 16/03/2022, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE GALVAO PESTANA NOGUEIRA, Usuário Externo**, em 16/03/2022, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7800681** e o código CRC **70D5603E**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS586mm Silva Junior, Omar Rodrigo da
MAPEAMENTO DE ACERVOS: UMA PROPOSTA DE DOCUMENTAÇÃO
MUSEOLÓGICA PARA OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC/DF / Omar
Rodrigo da Silva Junior; orientador Andréa Considera; co
orientador Ivy Silva. -- Brasília, 2022.
55 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. documentação museológica. 2. mapeamento. 3. resolução
normativa Ibram. 4. Secretaria de Estado de Cultura e
Economia Criativa do Distrito Federal. 5. Museologia. I.
Considera, Andréa, orient. II. Silva, Ivy , co-orient. III.
Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que me deram a vida e tudo o que eu precisava para poder estar onde estou hoje. Também aos membros da minha família que estiveram ao meu lado e que tiveram suas parcelas de contribuição para quem eu sou.

À Ivy Silva, ex-professora, co-orientadora, chefe e amiga, que me inspira no trabalho, na Universidade e na vida, me deu oportunidade de aprender a teoria, aplicar a prática e a entender mais de mim mesmo como aluno e como profissional. Também a oportunidade de poder trabalhar junto e de participar do ProDoc, o qual é tema dessa monografia.

À professora Dra. Andréa Considera, minha orientadora, que aceitou me guiar nessa pesquisa e que durante os anos de curso foi fonte de conhecimento, inspiração e apoio. Com ela pude aprender mais sobre documentação e me instigou a adentrar mais nesse campo.

Aos funcionários da SECEC, principalmente a Daniele Pestana, por terem desenvolvido o projeto e me permitido realizar o trabalho sobre. E também a todos os funcionários dos equipamentos da Secretaria que receberam a equipe do projeto.

Aos professores do curso de Museologia da UnB, e aos demais, tanto os efetivos quanto os temporários, que ministraram disciplinas de suma importância para minha jornada acadêmica.

À empresa júnior Museotec – consultoria e serviços em museologia, principalmente as diretoras que trabalharam junto comigo, me proporcionando ótimas experiências de trabalho e de cumplicidade, Nathalia Pereira, Isabella Wartha, Nayara Mello, Paula Lira, Atenea Garcia e Maria Cecilia.

Aos amigos que fiz durante o curso e com quem dividi ótimos e péssimos momentos, mas que sempre foram juntos, Caroline Botelho, Maria Eduarda Filhusi, Sandra Suellen, Gabriel Fonseca, Denize Pereira, Ana Luisa Santos e Ana Clara Borges.

Aos amigos que carreguei desde a infância, ou que conheci nesses anos, e que me acompanharam, apoiaram e auxiliaram quando mais precisei, Carolinne Custodia, Paula Victoria, Bruna Mendes, Leticia Fonseca, Barbara Rodrigues, Ana Carolina Ferreira, Brunno Araújo, Adrielle Bueno, Beatriz Souza e Thalita Barcelos.

Também agradeço a todos que passaram pela minha vida e me marcaram de alguma forma, cada um foi importante a sua maneira e agregaram na minha trajetória, eu não seria quem sou se não fosse pela socialização.

“As coisas têm peso, massa, volume, tamanho

Tempo, forma, cor, posição, textura, duração

Densidade, cheiro, valor, consistência

Profundidade, contorno, temperatura

Função, aparência, preço, destino, idade, sentido

As coisas não têm paz”

Arnaldo Antunes – As Coisas

RESUMO

O presente trabalho apresenta o projeto de mapeamento dos acervos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, que teve como documento norteador a Resolução Normativa nº2 do Ibram. O objetivo foi debater como o mapeamento se encaixa como documentação museológica, analisar na prática como é a aplicabilidade dessa Normativa e discutir uma possibilidade de como ela pode ser empregada e desenvolvida nos museus brasileiros. Apesar da documentação museológica estar bem desenvolvida em certos museus e haver uma base para seu desenvolvimento, não há uma metodologia exata ou definição de quais são os melhores campos, até mesmo para os campos mais básicos que precisam estar presente. A reflexão presente nesse trabalho é de que o mapeamento se encaixa como documentação museológica por proporcionar liberdade quanto ao tratamento dos objetos antes de serem musealizados.

Palavras-chave: Documentação museológica. Mapeamento. Resolução Normativa Ibram. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Museologia.

ABSTRACT

The present work presents the project of mapping the collections of the Secretary of Culture of Brasília which had as its guiding document the Normative Resolution nº 2 of Ibram. The objective was to debate how the mapping fits as museological documentation to analyze in practice how the applicability of this Regulation is and to discuss a possibility of how it can be used and developed in Brazilian museums. Although museological documentation is well developed in certain museums and there is a basis for its development, there is no exact methodology or definition of which are the best fields even for the most basic fields that need to be present. The reflection present in this work is that the mapping fits as museological documentation as it provides freedom regarding the treatment of objects before being musealized.

Keywords: Museological documentation. Mapping. Normative Resolution Ibram. Secretary of Culture. Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campos de catalogação internacionais	20
Figura 2 - Equipe preenchendo fichas	29
Figura 3 - Equipe preenchendo fichas	29
Figura 4 - Ficha utilizada para preenchimento presencial das obras.....	34
Figura 5 - Captura de tela do Google Acadêmico	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Campos de catalogação nacionais.....	22
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AFRICOM – Conselho Internacional de Museus Africanos

CIDOC – Comitê Internacional para a Documentação

CT – *Collections Trust*

DC – *Dublin Core*

DCMI – Dublin Core de metadados

DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais

DIPRES – Diretoria de Preservação

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus

Icom – Conselho Internacional de Museus

INBCM – Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Associação de Documentação para Museus do Reino Unido

OIM – Oficina Internacional de Museus

PNM – Política Nacional de Museus

ProDoc – Documento de Projeto

SEC-SP – Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo

SECEC – Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF

Spectrum – Standart Procdedures for Collections Recording Used in Museus

SUM/MG – Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais

SUPAC – Subsecretaria do Patrimônio Cultural

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DOCUMENTAÇÕES MUSEOLÓGICAS	14
1.1 Contexto histórico	16
1.2 Panorama internacional	18
1.3 Diretrizes nacionais	20
1.4 Instrumentos da documentação museológica	23
2 PRODOC DE MAPEAMENTO DAS COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS DA SECEC	26
2.1 Perfil dos equipamentos culturais da SECEC	26
2.2 Escopo dos produtos solicitados pela SECEC	27
2.3 Implantação do projeto	28
2.4 Análise dos campos de informação presentes na planilha do mapeamento do perfil 4	32
3 INFERÊNCIAS ACERCA DO MAPEAMENTO	38
3.1 Sobre o Mapeamento	39
3.2 Sobre a normativa do Ibram que regulamenta os campos de informação	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Minha pretensão ao entrar para o curso de Museologia na Universidade de Brasília (UnB) foi o desejo de cursar Arqueologia, mas o impedimento de mudar de cidade me fez procurar algo pela região. Ler sobre o curso nos sites “Guia do Estudante” e “Guia da Carreira” me fez crer que os cursos eram parecidos, mas ao entrar e fazer o primeiro semestre eu percebi que estava equivocado. Passou-se semestres até que eu voltasse a me interessar pelo curso, e isso aconteceu quando cursei a disciplina “Informação e Documentação Museológica” (InfoDoc) ministrada pela professora, e orientadora dessa monografia, Dra. Andréa Considera, e conheci a documentação museológica.

Para aprender mais do que em um semestre, me voluntariei para ser monitor nessa mesma disciplina no semestre seguinte, quando aprendi mais ao ajudar outros alunos e observar novos pontos de vista e as diferentes maneiras que eles tinham de se relacionar com esse campo. Escolhi em ambos estágios obrigatórios trabalhar com catalogação, o primeiro no Museu de Geociências da UnB, mas que por problemas técnicos não aconteceu, e o segundo no Museu da Força Expedicionária Brasileira, apenas no segundo pude perceber a aplicabilidade da catalogação dentro de uma instituição real. Na disciplina de Museologia e Comunicação 4, que possui como escopo planejar e montar uma exposição, integrei a equipe do acervo e ficamos responsáveis pela sua documentação, mesmo não sendo uma catalogação e não possuindo como objetivo musealizar os objetos à uma instituição, pudemos trabalhar com o acervo para realizar uma documentação simplória e básica.

No ano de 2018 ingressei à equipe da MUSEOTEC – consultoria e serviços em museologia, empresa júnior de Museologia da UnB, inicialmente como membro e posteriormente como diretor de projetos, e dentro da empresa realizei projetos focados em elaboração de fichas catalográficas e catalogação de objetos. Houve projetos em outras áreas, como educativo e montagem de exposição, mas cabe ressaltar os projetos de documentação de acervo que me proporcionaram maior interação com o campo.

A disciplina de Informação e Documentação Museológica, e as conseguintes, somada com os projetos que participei, me fizeram perceber qual o real papel da Museologia e dos museus para a humanidade, como se encaixa no papel formador

de uma sociedade. Trabalhar para salvaguardar objetos e comunicá-los vai além da preocupação com a materialidade e com a beleza, é com objetivo de perpetuar a memória, de proteger algo que represente e seja de interesse da sociedade, uma maneira de proteger a cultura e espalhar isso para o maior número de pessoas, no presente e no futuro.

Outra área de interesse minha foi a de conservação e restauração de bens materiais, foi em uma disciplina focada nesse campo que conheci Ivy Silva, que na época foi contratada pela UnB como professora substituta dessa matéria. Desde então me tornei seu aprendiz, auxiliando como monitor em disciplinas e integrando equipe de projetos liderados por ela. Um desses projetos foi esse mapeamento da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, que me fez questionar os meus anos de aprendizado na Museologia, metodologias aplicadas e pesquisadas, legislações vigentes e minhas próprias ações, me instigou a reler autores renomados da área e tentar entender as atitudes tomadas envolvendo esse projeto.

Participar desse projeto me instigou tanto a pesquisar sobre documentação museológica que solicitei a especialista em museologia da Secretaria, Daniele Pestana, para poder utilizar esse projeto como objeto de estudo da monografia, após o aval comecei a investigar sobre o assunto. Decidi dividir meus capítulos da forma que estão pois tinha questões que gostaria de debater relacionadas tanto a Normativa que regula os campos básicos para o cadastro no INBCM quanto da própria metodologia aplicada pela Secretaria.

Primeiramente me dediquei a pesquisar outros projetos brasileiros que descreviam projetos de documentação museológica em instituições museais e em níveis maiores, como Secretarias e Universidades, para isso utilizei a ferramenta "Google Acadêmico" para encontrar textos, teses, monografias e artigos sobre o assunto. Analisei como aplicaram a Normativa nº2 do Ibram, quais modificações fizeram, como adaptaram às suas realidades e qual foi a metodologia utilizada. Para expandir mais meus conhecimentos pesquisei também metodologias em níveis internacionais, se existia um padrão e em qual patamar isso estaria e em comparação com o nacional.

Após diversas leituras percebi a necessidade de contextualizar historicamente a documentação museológica no Brasil, compreender o percurso para entender como chegou ao estado atual, qual foi a trajetória percorrida pelo campo nacionalmente. Só compreendendo nosso passado podemos entender o presente e tomar atitudes para melhorar no futuro.

No segundo capítulo me dedico a descrever o projeto da Secretaria e o trabalho realizado pela consultora e a equipe, com base nos documentos disponibilizados e na experiência de trabalho que tivemos. Levanto questões e início discussões que deixo para responder e debater no terceiro capítulo, o qual utilizo para comparar o que estudei com o que aplicamos.

Durante o projeto, e de minha pesquisa, tomei nota de assuntos que eu não tinha conhecimento, ou pouco, e conversei com minha orientadora, co-orientadora, colegas de curso e pessoas envolvidas no trabalho para conseguir tirar dúvidas, levantar discussões e obter respostas satisfatórias. Essas conversas me auxiliaram a entender melhor os assuntos que eu estava pesquisando, o trabalho que estávamos fazendo e todo o projeto em que participamos.

O objetivo geral dessa monografia não é julgar o trabalho alheio e nem discutir se as ações tomadas estão certas ou erradas, mas demonstrar com um estudo de caso que a pesquisa sobre esse campo ainda não está completa e que o trabalho para a construção de uma metodologia nacional não deve estagnar, pois comparado com outros países e com casos particulares em nível nacional, ainda falta melhorias a serem feitas.

1 DOCUMENTAÇÕES MUSEOLÓGICAS

Para dar início a discussão, irei discorrer sobre os diversos instrumentos da documentação museológica, apresentar um breve panorama global e internacional, e contextualizar o tema nacionalmente com suas passagens e modificações durante as décadas até como ela é comumente aceita hodiernamente.

Sendo a documentação museológica uma ferramenta da gestão de acervos, ela “é uma atividade meio e jamais deve ser vista como fim, uma vez que ela é uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e a gestão do patrimônio em todos os níveis” (MEDEIROS, 2015, p.23). É “uma série de procedimentos e instrumentos pré-fixados, com o objetivo de agregar ‘todas’ as informações concernentes aos acervos dos museus” (COSTA, 2007, p.5).

Documentação museológica é um termo múltiplo que abrange ferramentas utilizadas com objetivo de organizar as informações referentes aos museus e seus acervos. Mesmo não existindo um consenso sobre o conceito de documentação e documento, elas “são palavras polivalentes utilizadas diferentemente por distintos autores que se encaixam e se amoldam segundo pontos de vista” (OLIVEIRA, 2009, p.17) a ideia por trás das palavras empregadas possui linha de raciocínio parecida. Em suma a documentação museológica “diz respeito ao registro de toda informação referente ao acervo museológico” (PADILHA, 2014, p.35), um sistema de “materialização da informação” (YASSUDA, p.42) que se manifesta em ações de coleta de dados, organização dos mesmos e legitimação perante as instituições.

A documentação, como sistema, é baseada em metodologia, que mesmo atualmente não havendo um consenso sobre, há tentativas pelo mundo de se chegar a uma padronização, que serão abordadas mais para frente. Tais metodologias possuem como objetivo indexar e classificar informações retiradas dos objetos das coleções, que são considerados para a museologia e para os museus como fonte de informação.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa

científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1994, p.64)

Um objeto ao ser incorporado por um museu, ou seja, ao ser musealizado, sofre alterações conceituais, pois “dentro do contexto museológico, em especial o expositivo, o objeto se ressemantiza em seu enunciado, alcançando o status de documento” (CANDIDO, 2006, p.32). Essa ação de musealização é “a transformação de um *objeto* em testemunho, que possui faceta documental” (MONTEIRO; LARA, 2014, p.813) é a evidenciação de valores, aos quais o objeto já carrega consigo, pela instituição museológica. Um objeto de museu é mais que um objeto, ele é o

somatório das informações de que ele se torna portador. Ou seja, materiais, técnicas, usos, funções, alterações, associados a valores estéticos, históricos, simbólicos e científicos, são imprescindíveis para a definição do lugar e da importância do objeto como testemunho da cultura material. (CANDIDO, 2006, p.34)

Além disso eles “são escolhas feitas por uma sociedade, numa época específica, tornando-se mutável de acordo com o tempo” (FERREIRA, 2021, p.15), são objetos que um grupo de pessoas escolheu como documentos representantes de uma comunidade, cultura, tempo ou lugar. Um objeto só é musealizado ou se mantém no museu porque alguém (indivíduo, grupo ou sociedade) o considera como importante e relevante.

A vida do objeto, quando pesquisada dentro do museu, pode ser dividida em duas fases: antes do museu e dentro do museu. Para o objetivo da catalogação toda essa trajetória deve estar descrita e para tal fim são necessários campos que abordem as características técnicas e de valor cultural/histórico/artístico, e as transformações e ações museológica/conservativas por qual ele passa após incorporado ao acervo.

O objeto ao entrar para o contexto museológico é visto, enquanto um produto, passando a ser representativo como um suporte de informação que será extraído dele mesmo, ao mesmo tempo em que, o ato de classificá-lo, estudá-lo e expô-lo define sua significação cultural, desvinculando-o do seu contexto primário, onde o homem lhe deu significado e função, através da relação com o bem cultural material ou imaterial (NASCIMENTO, 1994, p. 34-35).

Sendo os Museus “instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem...” (BRASIL, 2009) devem possuir uma

documentação museológica que atenda a esses pressupostos, deve retirar dos acervos as informações que baseiam as ações de preservação, pesquisa e comunicação, pois a “premissa básica das instituições museológicas realizar ações voltadas para a preservação, a investigação e a comunicação dos bens culturais” (CANDIDO, 2006, p.32). As instituições devem funcionar “como casas de preservação, mas o que eles preservam vai além das coisas. Se, por um lado, eles preservam coisas, por outro, eles utilizam as coisas preservadas com determinados objetivos” (CHAGAS, 2005, p.59), os quais Chagas (2005) define como comunicação e investigação.

1.1 Contexto histórico

O ato de documentar coleções é tão antigo quanto às próprias coleções. Torres (2002) registra um catálogo do gabinete de curiosidade de Ole Worm de 1655, o que demonstra que mesmo quando o museu era apenas um gabinete de curiosidade a ação de documentar as peças já era presente. Yassuda (2009) apresenta em sua dissertação de mestrado o que seria uma espécie de evolução desse processo:

(...)um primeiro momento, o objetivo da documentação era o registro das coleções no sentido de posse e salvaguarda desses objetos, mais tarde inicia-se uma aproximação entre a documentação e a organização das coleções, hoje, além de englobar todas as funções anteriores, ela também está intimamente relacionada ao acesso e disseminação da informação visando à construção do conhecimento. (YASSUDA, 2009, p.28)

Com o crescimento de diferentes instituições museológicas após a Revolução Francesa, a preocupação com objetos histórico-artísticos, proveu investidas para criação de normatização da documentação dos acervos (YASSUDA 2009). Porém essa documentação não possuía procedimentos e técnicas especializadas, funcionava como catálogo (CERAVOLO; TALAMO, 2000), tanto que, quando é criada a Oficina Internacional de Museus (OIM) em 1927, fundada com objetivo de ser um centro de documentação e mediação de intercâmbio de informações entre museus, uma de suas primeiras ações foi propor a padronização e unificação dos catálogos existentes, que não avançou muito pela resistência dos museus em manter a individualidade e particularidade em seus catálogos (YASSUDA, 2009).

Apesar do ato de documentar coleções despontar pelo século XVI, ela foi tratada pelos museus como uma ação secundária e inferior dentro da instituição. A origem do

termo documentação museológica, e o reconhecimento dessa ação como papel fundamental, se dá em discussões no século XX com iniciativas para criar uma ferramenta que registrasse e preservasse as informações extrínsecas e intrínsecas sobre os acervos e seus objetos. Essas discussões tiveram início quando em 1946 o Conselho Internacional dos Museus (Icom) foi criado e em 1950 o seu Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), que no primeiro momento reuniu cientistas da informação, curadores, bibliotecários e pesquisadores da área para criar ferramentas de documentação e sistematização de informação que facilitasse o gerenciamento dos acervos museológicos (YASSUDA 2009).

O CIDOC nas décadas de 1960 e 1970 atuou na padronização dos registros documentais, na criação de uma ferramenta única que fosse utilizada em todos os museus, mas essa ação sofreu grandes dificuldades, já que as tipologias de acervo são tão diversas quanto as culturas que os criaram. Ainda nesse período teve início discussões sobre técnicas sistematizadas e informatizadas, mas que só tomou força anos depois quando as ferramentas de informatização foram desenvolvidas (CERAVOLO; TALAMO, 2000).

A década de 1980 é marcada pelo início da relação entre a documentação museológica e a pesquisa científica, mas não de forma unificada, como explicita Ceravolo e Talamo:

(...)duas tendências em relação à documentação de museus, verifica-se a influência norte-americana e francesa no trato da informação documental. A tendência francesa, considerada mais reflexiva, 'debruça-se sobre a importância do objeto como documento e suporte de informações significativas para as pesquisas científicas' (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p.242). Já a tendência norte-americana, chamada de tecnicista, 'visa em primeiro lugar o acesso rápido aos objetos e seus respectivos registros. Aqui busca-se preferencialmente o controle das coleções por meio da conexão entre registros, fichas e fichários, com referências cruzadas para que possam ser recuperados'. (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p.243). (YASSUDA, 2009, p.35)

Já durante a década de 1990 os esforços foram feitos para tentar padronizar as linguagens e vocábulos utilizados, esforços que resultaram na criação de tesouros para o campo da museologia, "um instrumento de controle da terminologia, utilizada para designar os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus

(...) para atender, sobretudo, à recuperação de acervos museológicos” (FERREZ, 1987, p.17).

1.2 Panorama internacional

Dos anos 2000 em diante a discussão volta para a padronização de ferramentas de documentação museológica com objetivo de facilitar o intercâmbio de informações e a melhor recuperação de informação. Para cumprir esse propósito o CIDOC recomenda que se utilizem ou baseiem em um dos cinco modelos que o comitê considera como bons referenciais (BALLARDO 2011).

Segundo o que Ballard (2011) apresenta com embasamento no texto de Roberts (2004), o primeiro é o “Manual de Normas – Documentando Acervos Africanos”, um manual de procedimentos que abrange acervos de ciência natural e ciência social de museus africanos desenvolvido pelo Conselho Internacional de Museus Africanos (AFRICOM) em parceria com o CIDOC/ICOM (SILVA; SANTOS, 2017).

O segundo, e também o texto base para criação do manual do AFRICOM e de tantos outros, é o texto das “Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus”, um manual não de normas, mas de orientação de como deve ser feito e preenchido a documentação de um acervo, de referência. Essas Diretrizes foram escritas após um longo processo de pesquisa e síntese de diversas documentações ao redor do mundo e baseado também nas experiências de funcionários do CIDOC/ICOM (CIDOC ICOM 2014).

As Diretrizes colocam em pauta a pertinência de uma proposta que não se fecha em si mesma, mas facilita o crescimento do trabalho e do uso convergente de vários padrões (de estrutura de dados, de terminologia etc.) que se completam. Desde o contexto de lançamento do documento, já era consenso do grupo elaborador que apenas um padrão não seria a resposta e sim apenas mais uma possibilidade, demonstrando avanços em relação ao objetivo primeiro que balizou as revisões decorrentes da proposta de 1978. (CIDOC ICOM, 2014, p.14)

O ESPECTRO ou *Standart Prodcedures for Collections Recording Used in Museus (Spectrum)* é apresentado por Ballard (2011) como o terceiro modelo, ele foi desenvolvido pela Associação de Documentação para Museus do Reino Unido (MDA), atualmente chamada de Collections Trust (CT), foi desenvolvida como normas de gerir e documentar os acervos do Reino Unido, mas também objetivando sua

internacionalização. Descrita por Matos (2012) como uma das melhores, eficaz e bem elaborada, ele define o ESPECTRO como

uma norma que, através da definição dos procedimentos mais comuns utilizados para a documentação e gestão das coleções, providencia aos museus e seus profissionais uma ferramenta de trabalho que, de forma escalável, se adapta às necessidades dos museus e dos seus recursos e permite uma uniformização dos processos utilizados na documentação e gestão das coleções que terá como consequência uma melhoria geral do desempenho destas instituições no que concerne a essa tarefa primordial. (MATOS, 2012, p.111)

O quarto modelo é o *Object ID*, um projeto de guia de identificação de informação de objetos culturais em nível internacional (ROBERTS, 2004). Esse modelo foi criado com a intenção de disponibilizar informação em nível internacional para combater o tráfico ilícito e facilitar a identificação dessas peças, como Perrein (2014) descreve:

foi elaborado a partir de muitas pesquisas entre instituições de segurança, museus, aduanas, comerciantes de arte e o ramo de seguros, para estabelecer critérios básicos de identificação de bens culturais através de documentação de fácil compreensão e alta eficácia. Essa normalização auxilia no combate à circulação ilegal de bens culturais, além de contribuir para a agilização na troca de informações a partir da identificação do objeto, uma vez que a norma é padronizada e é adotada por diversos países. (PERREIN, 2014, p.68)

O último modelo apresentado nessa concepção dos que são padrão de referência pelo CIDOC/ICOM (BALLARDO, 2011) é o *Dublin Core* (DC), um modelo com recurso de padronização de metadados de informações, criado pela Iniciativa Dublin Core de metadados (DCMI). Entre suas principais características estão “simplicidade na descrição dos recursos, a interoperabilidade e os entendimentos semânticos universais (dos elementos), escopo internacional e extensibilidade” (SOARES, 2017, p.53).

O padrão Dublin Core é uma iniciativa para criação estruturas de informação, para uso na Web, baseado no pressuposto de que a busca por recursos de informação deve ser independente do meio em que estão armazenados. (SANTAREM SEGUNDO, 2010, p.80 apud SOARES, 2017, p.52)

Roberts (2004) sintetiza os campos desses cinco modelos e apresenta em formato de tabela de acordo com a figura apresentada a seguir:

Figura 1 - Campos de catalogação internacionais

Tabela 1. Campos de catalogação recomendados e correlação com outras directrizes

Campo	Campo Obrigatório	AFRICOM	CIDOC	MDA	Objecto ID	Dublin Core
Gestão do Objecto						
Nome do museu	x	1.3	x	x		x
Número do objecto	x	1.4	x	x		x
Número de incorporação	x					
Método de aquisição	x	1.5	x	x		
Data da aquisição	x	1.6	x	x		
Fonte da aquisição	x	1.7	x	x		
Localização normal	x	1.8	x	x		
Localização actual	x		x	x		
Data da localização actual	x		x	x		
Motivo da localização actual						
Responsável pela remoção						
Método de conservação				x		
Data de conservação				x		
Conservador				x		
Número de referência da conservação				x		
Método de abatimento/cedência			x			
Data de cedência			x			
Destinatário da cedência			x			
Descrição do Objecto						
Descrição física		2.17	x	x		x
Características próprias		2.17			x	
Número de referência da imagem		2.1	x	x	x	
Nome do objecto/nome comum	x	2.9/2.10	x	x	x	x
Nome local		2.11/2.12				
Título		2.13	x	x	x	x
Nome de classificação		2.8	x	x		x
Categoria por forma ou função		2.2			x	
Categoria técnica		2.3				
Material	x	2.14	x		x	
Técnica		2.15	x	x	x	
Dimensões	x	2.16	x	x		

Tabela 1. Continuação

Campo	Campo Obrigatório	AFRICOM	CIDOC	MDA	Objecto ID	Dublin Core
Forma do espécimen		2.4				
Parte do corpo		2.5				
Sexo		2.6				
Idade ou fase		2.7		x	x	
Conteúdo/assunto		2.18	x			
Tipo de inscrição/ identificação			x			
Método de inscrição			x			
Posição da inscrição			x			
Transcrição da inscrição			x			
Tradução da inscrição			x			
Descrição da inscrição		2.19	x		x	
Avaliação do estado de conservação		2.20	x			
Data do estado de conservação						
História						
Comentários históricos		3.26				
Produtor/Fabricante		3.1/3.3	x	x	x	x
Local da produção		3.2	x	x		x
Período/data da produção		3.4/3.5	x	x	x	
Utilizador		3.8	x	x		
Local da utilização		3.9	x	x		
Período/data da utilização		3.11	x	x		x
Local do acervo ou da escavação		3.12	x	x		
Referência/nome do local		3.15		x		
Coordenadas do local		3.13				
Coordenadas do objecto		3.14				
Tipo de local		3.16				
Idade/período da característica		3.17/3.18				
Colector/escavador		3.21/3.22	x	x		
Data do acervo/escavação		3.23	x	x		
Método do acervo/escavação		3.24	x			
Número do acervo/escavação		3.25		x		
Documentação						
Referência da publicação		4	x	x		x

Fonte: ROBERTS, 2004, p.40-41

1.3 Diretrizes nacionais

Anteriormente ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o atual órgão público responsável por instituições museológicas federais e pelas políticas públicas voltadas para o campo da museologia, existiu o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que surgiu como resultado da Política Nacional de Museus (PNM) em 2003. Toda essa movimentação e espaço que a museologia foi adquirindo através das discussões e encontros para a PNM fortaleceu ainda mais o campo e incitou nas instâncias governamentais e museus privados a valorizar melhor a gestão dos acervos.

O Ibram foi o responsável pela criação, no Brasil, das normas que devem estar presentes na ferramenta da catalogação de acervos museológicos de cada museu, porém não limita essa ferramenta apenas aos campos¹ da normativa. Atuando como base para elaboração das documentações, as políticas públicas adotadas pelo Ibram demonstram os desdobramentos das ações em conjunto dos órgãos públicos e profissionais e pesquisadores da área, visando a valorização, salvaguarda e organização do patrimônio cultural abrigado nos museus.

Em esfera federal foi instituído o Estatuto de Museus pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e alguns dias depois foi criado o Ibram pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 (MEDEIROS 2015). Para regulamentar os dispositivos da lei do Estatuto de Museus e da lei de criação do Ibram, foi publicado o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que dispõe das obrigações do Ibram e de museus públicos e privados para com seus acervos, documentações e públicos.

Em 2014 o Ibram publicou a Normativa nº2, a qual “estabelece os elementos obrigatórios e facultativos de descrição das informações sobre o acervo museológico, arquivístico e bibliográfico” (MEDEIROS, 2015, p.35), totalizando 15 campos de informação². Essa normativa surgiu como base para elaboração de documentação museológica necessária “para o preenchimento do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados” (MEDEIROS, 2015, p.35).

¹ Os campos da Normativa nº2 serão apresentados e desenvolvidos no capítulo 2.

² Em 31 de agosto de 2021 o Ibram promulga a Normativa nº6 que revoga a nº2, mas para efeito do projeto que foi desenvolvido antes da data de publicação não tem efeito.

Abaixo apresentarei alguns trabalhos disponíveis de sistematização de documentação museológica, são eles: o manual elaborado pela Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais (SUM/MG) (CANDIDO, 2006), a ficha catalográfica elaborada por Renata Padilha (2014) e a ficha catalográfica utilizada nos Museus da Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo (SEC-SP) (BOTALLO, 2010) e após isso compararei em uma tabela os campos adotados por ela com os campos da Normativa nº2 do Ibram.

Quadro 1 - Campos de catalogação nacionais

Normativa nº2 - Ibram	Renata Padilha	Museus da SEC-SP - Botallo	SUMMG - Cândido
		Identificação do Museu	
		Endereço	
		Ano de fundação	
		Nº do decreto ou instrumento de criação do Museu	
		Nome e cargo do responsável	
	Número de tombo	Nº de patrimônio	
Número de registro	Número de registro	Número de registro museológico	Código de inventário
Outros números	Outros números	Outros números	Número de inventário anterior
		Nº do processo	
		Valor	Valor de seguro
		Nº de partes	
Situação			
	Localização na instituição	Localização do objeto no museu	Localização
		Coleção	Coleção
			Categoria de acervo
Denominação	Objeto	Denominação do objeto	Termo
Classificação		Tipologia do objeto	Classificação
Título	Título	Título	Título
Autor	Autor/autoridade	Autor/fabricante	Autoria
Resumo descritivo	Descrição intrínseca	Descrição sumária	Descrição do objeto
Dimensões	Dimensão	Dimensões	Dimensões
Material/técnica	Material	Forma de confecção/produção	Material/técnica
Local de produção		Origem	Origem
Data de produção	Período	Data/cronologia do objeto	Data / Data atribuída
	Ex-proprietários		
	Procedência		Procedência
	Tipo de aquisição	Forma de entrada	Modo de aquisição
	Data de aquisição	Data de entrada	Data de aquisição
		Inscrições	Marcas/inscrições
Estado de conservação	Estado de conservação	Estado de conservação	Estado de conservação
			Diagnóstico
		Data de avaliação	
			Intervenções anteriores
	Restauração	Descrição/ocorrência	Recomendações
	Registrado por	Nome da pessoa e/ou responsável	Preenchimento/data
	Data de registro		
			Revisão/data
			Digitação/data
Condições de reprodução	Autorização de uso		
	Descrição extrínseca		
			Dados históricos
			Características iconográficas
			Características estilísticas
			Características técnicas
	publicações	Referências biográficas	Histórico de publicações
	Referências bibliográficas	Referências bibliográficas	Referências arquivistas/bibliográficas
	Objetos associados		
	Exposições		Histórico de exposições/prêmios
	Pesquisas		
Mídias relacionadas			
	Fotografia	Imagem	Imagem digitalizada
			Fotógrafa/data

Fonte: criado pelo autor

Percebe-se o pouco aprofundamento dos campos que a Normativa estabelece, porém como descrito na própria Normativa, ela é apenas uma base dos campos que devem estar presentes numa documentação museológica pedida para o INBCM. O que pode ser aferido com essa tabela é que há presença de campos da Normativa que não fazem sentido nas outras fichas e campos que se repetem em outras fichas e que não estão presentes na normativa, mas é algo que entrarei com maior aprofundamento no capítulo 3. No momento eu só gostaria de representar mais claramente as diferenças entre as fichas e a Normativa.

1.4 Instrumentos da documentação museológica

Como disse no começo do capítulo, a documentação museológica não tem uma única metodologia, ela possui diversas ferramentas utilizadas em diferentes etapas e para diversas funcionalidades dentro da instituição, porém todas com objetivo de salvaguardar a informação, organizar e comunicar. Dentre as ferramentas temos o Registro, o Inventário e a Catalogação, os quais escreverei a seguir.

O Registro é o processo que integraliza, ou musealiza, o objeto no museu como item do acervo. Ele é o primeiro procedimento que deve ser feito assim que adquirido pelo museu, “diz respeito ao registro inicial do acervo, o qual tem por principal objetivo sua quantificação, identificação e descrição sumária dos objetos” (BAIA; CABRAL, 2016, p.216) já que

consiste no registro individual do objeto, através de um código próprio, que o identificará de forma permanente dentro do acervo. Entende-se, portanto, como código de registro ou código de inventário, o processo de numeração pelo qual o objeto é incorporado oficialmente ao acervo de um museu. (CANDIDO, 2006, p.38)

Registrar um objeto dentro do museu é enumerá-lo, é torna-lo parte do museu com um número que vai identificá-lo dentro da instituição e legitimar sua permanência. Por isso que na ficha de catalogação e no inventário aparece o campo ‘número de registro’ ou ‘código de registro’, pois é indispensável essa tarefa para uma boa gestão de acervos. Além disso, é obrigatório a adoção de uma ficha de registro ou “livro de registro”, que é o documento que reúne informações iniciais, intrínsecas e básicas de um objeto, uma ferramenta de controle de entrada de objetos na instituição.

Não há uma normativa para essa atividade e nem um padrão a ser seguido, cada museu monta estratégias e registra as peças de acordo com o que entende ser mais coerente para a realidade daquela instituição, o importante é numerar os objetos seguindo um raciocínio coerente com o objetivo. Há museus que utilizam um padrão numérico, simples ou partido, outros optam por um padrão alfanumérico.

Considerado por Padilha (2014) como um instrumento de controle quantitativo de peças, o Inventário é “o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico” (PADILHA, 2014, p.41) e também pode ser utilizado como uma ferramenta para controle periódico do acervo, para realização de verificações da localização e situação dos objetos quanto seu estado de conservação.

A catalogação é considerada a “etapa que exige maior detalhamento das informações relativas ao item” (YASSUDA, p.55), “refere-se à pesquisa” (CERAVOLO; TALAMO, 2000, p.247), é a ferramenta principal de documentação e a que mais os autores se debruçam a pesquisar e discutir sobre. Ela se diferencia das outras ferramentas pois é necessária pesquisa científica para preencher além das informações intrínsecas, as informações extrínsecas, ou seja, necessita de um nível de aprofundamento que não é pedido nas ferramentas citadas anteriormente.

A catalogação é o processo de identificação, com pormenores descritivos, de cada objecto do acervo e a atribuição de um número de identificação único. Todos os objectos de acervo permanentes devem ser catalogados. As informações do catálogo devem incluir detalhes descritivos, classificação ou outra identificação, dimensões físicas, proveniência (origem e historial do objecto em termos de local do achado, propriedade prévia e meios de aquisição), número de incorporação e local de armazenamento. (LADKIN, 2004, p.21)

O termo Inventário também pode ser utilizado com o sentido parecido com o de Catalogação, porém para efeito do patrimônio cultural, pois “consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem” (MIRANDA, 2008, p.2, apud DIAS; OLIVEIRA, 2020, p.40), em âmbito de museus e da museologia os termos são entendidos com os significados apresentados anteriormente.

Tanto para o preenchimento quanto para a elaboração da ficha catalográfica de um museu é necessária uma pesquisa sobre o acervo, objetivos e ideais da instituição, pois os campos ali inseridos irão reunir informações que pautarão as atividades de comunicação e pesquisa a serem desenvolvidas. Os campos de uma ficha catalográfica devem possibilitar

a conectividade entre a sociedade e o conhecimento produzido, já que um sistema de documentação, como parte essencial de uma instituição museológica, resulta na coleta de múltiplas informações acerca de um acervo ou de uma coleção e, portanto, influencia em outras áreas dos museus como pesquisa interna e externa, montagens expográficas, conservação, ações educativas, possibilitando que a sociedade tenha conhecimento de seu próprio patrimônio. (FERREIRA, 2021, p.19)

Todo e qualquer trabalho de documentação museológica deve estar pautado no programa de acervos do museu, nele serão definidas as políticas de aquisição e descarte e qual a melhor forma de documentar o acervo. No mundo utópico e que um dia desejamos alcançar, os museus devem possuir essas três ferramentas, pois cada uma delas possui uma função de extrema importância no contexto do museu.

O desenvolvimento articulado dessas ações evidencia que os museus são organismos estreitamente ligados à informação. Os objetos museológicos — veículos de informação — têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação, e estas, por sua vez, produzem e disseminam novas informações, cumprindo-se o ciclo museológico. (FERREZ, 1994, apud CANDIDO, 2006, p.32)

A documentação museológica, da maneira que ela é entendida e aplicada hodiernamente, é como um dos papéis fundamentais de uma instituição museológica, por funcionar como importante ferramenta da gestão de acervos, e que firma ela como uma ciência da informação, já que seu papel é salvaguardar e comunicar documentos tridimensionais e se baseia em pesquisa científica para o cumprimento de suas atividades.

2 PRODOC DE MAPEAMENTO DAS COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS DA SECEC

Nesse capítulo me dedicarei a explanar sobre o projeto de mapeamento que usarei como estudo de caso para levantar meu questionamento sobre a aplicação da Normativa nº 2 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) nas documentações museológicas.

Intitulado de “Consultoria Especializada para Mapeamento dos Acervos Preservados nos Museus da SECEC”, o objetivo desse projeto é mapear os acervos dos equipamentos culturais da Secretaria para quantificá-los, documentá-los e salvaguardá-los, além de lhes conferir status de coleções museológicas, ao musealizá-los, e servir no futuro de subsídio para ações de conservação e para políticas de aquisição e descarte.

O projeto aqui apresentado é uma ação de parceria entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolvida através de consultores contratados pelo projeto “Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF” –, e coordenado pela Diretoria de Preservação (DIPRES) da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC).

O Documento de Projeto (ProDoc) teve como embasamento e respaldo o decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 que regulamenta as obrigações e atividades dos museus públicos e privados presentes na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e na Resolução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014 do Ibram que legitima o processo de musealização e estabelece elementos descritivos para a identificação de bens museológicos.

2.1 Perfil dos equipamentos culturais da SECEC

Para objetivo desse ProDoc, os acervos museológicos dos museus da SECEC foram divididos em quatro perfis³ de trabalhos, esses perfis são referentes as tipologias das coleções a serem mapeadas e que embasaram a escolha do perfil profissional de cada consultor contratado. O primeiro, responsável pelo Museu de Arte de Brasília e o Museu Nacional, o segundo pelo Memorial dos Povos Indígenas, o

³ Termo utilizado pela Secretaria para agrupar os equipamentos culturais em grupos, com objetivo de otimizar o trabalho e facilitar a contratação dos consultores.

terceiro pelo Museu Vivo da Memória Candanga e pelo Catetinho, e por último, e também o protagonista do estudo de caso abordado nessa monografia, são os equipamentos culturais, que “são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam” (SANTOS; DAVEL, 2018, p.109), da SECEC que abrigam por empréstimo os acervos oriundos de museus citados anteriormente ou próprios da Secretaria que estão fora das unidades museais elencadas⁴.

Entre os espaços que o ProDoc não categoriza como unidades museais e que estão dentro do perfil 4, estão as subsecretarias, gabinetes, memoriais, residências oficiais, a própria SECEC, Biblioteca Nacional e centros culturais. Esses espaços ou possuem acervos próprios, como o Panteão da Pátria Tancredo Neves, ou estão de posse de acervo emprestado por museus, como a Residência Oficial de Águas Claras, do governador do Distrito Federal.

Em vista de que os projetos serão executados por quatro profissionais diferentes, cada um com um perfil profissional, histórico e formação acadêmica diferentes, a SECEC disponibilizou um documento explicativo visando padronizar a linguagem dos metadados identificados e documentados, deixarei a referência dele nas Referências Bibliográficas. Essa uniformização da linguagem mostrará efeito no momento de recuperação da informação quando as documentações das coleções dos diferentes perfis do projeto forem unificadas e depositadas no repositório digital e posteriormente no Inventário Nacional de Bens Culturais Museológicos (INBCM) que é

um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus, instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes. (VERDAN, 2015, n.p)

2.2 Escopo dos produtos solicitados pela SECEC

O projeto foi dividido em três produtos específicos, cada um com um período de entrega e realização diferente, porém suas atividades são complementares umas às outras. Para cada projeto foi produzido um documento técnico, memorial, contendo

⁴ Como fiz parte só da equipe do perfil 4, não entrarei em detalhes sobre os outros três.

as informações solicitadas pelo ProDoc e justificativas para as ações tomadas, além de tabelas com informações mais técnicas. Esses documentos visam iniciar a documentação museológica dos equipamentos da SECEC e basear ações de conservação e utilização do acervo com sugestões dos consultores contratados.

O escopo do primeiro produto foi o próprio mapeamento, que consistiu no levantamento dos acervos culturais dos equipamentos da Secretaria através de campos de informações específicos para bens museológicos. Dentro desse mesmo produto, foi realizada a ação de numeração física nos objetos, quando não existisse uma, utilizando material neutro, com um número provisório com finalidade de quantificar e organizar os objetos. O resultado foi apresentado em planilha em Excel, para melhor sistematização e facilidade de recuperação e organização dos metadados.

O segundo produto foi um documento sobre o estado de conservação, o qual foi um aprofundamento de um dos campos da ficha do mapeamento, com informações técnicas sobre a conservação dos acervos mapeados e que servirão, em futuro não determinado, para auxiliar no planejamento de ações de preservação. Nesse há também proposta de tratamento de caráter conservativo/restaurativo para cada objeto mapeado.

O terceiro foi o estudo propositivo, que atua como um diagnóstico, já que é uma forma de “avaliação (diagnóstico com parâmetros museológicos)” (DUARTE CANDIDO, 2000, p.130) que contém informações gerais sobre o acervo, a forma que dialoga com o equipamento cultural que o abriga e indicações dos consultores para o tratamento de cada peça, com o objetivo de embasar a política de gestão de acervo, política de aquisição e de descarte, que fazem parte do Plano Museológico, e futuras documentações museológicas.

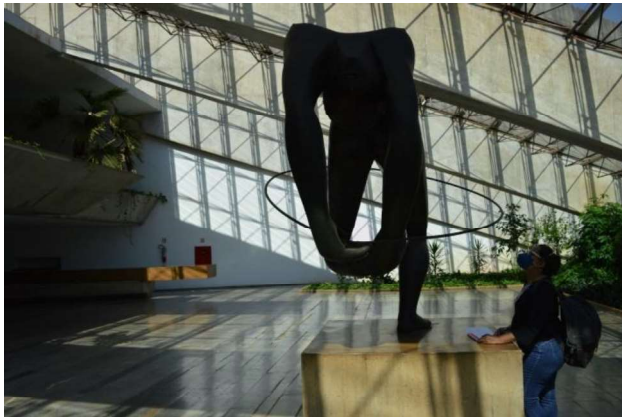
2.3 Implantação do projeto

O perfil 4 foi implementado pela conservadora e restauradora Ivy Silva, especialista em conservação e restauro de pintura de cavalete, escultura em madeira policromada e papel, com participação de uma equipe composta por bacharéis e estudantes de museologia⁵, que possuem experiência em documentação,

⁵ Eu integrei a equipe de estudantes.

conservação e cibermuseologia⁶. A equipe foi dividida entre o trabalho de campo, desempenhando funções de pesquisa museológica; e de forma remota, desempenhando funções de preenchimento da planilha e padronização de linguagem.

Figura 2 - Equipe preenchendo fichas



Fonte: SILVA JUNIOR, Omar

Figura 3 - Equipe preenchendo fichas



Fonte: Silva, Ivy

O trabalho de campo foi realizado em locais distintos, pois como explicado anteriormente, o perfil 4 é responsável pelos acervos que se encontram fora dos equipamentos listados nos perfis anteriores, mas que ainda assim são de responsabilidade da SECEC. Para não ocorrer uma sobreposição de informações e nem dissociação delas, a visitação não aconteceu simultaneamente e sim de forma continuada e coordenada.

Antes de iniciar o mapeamento foi disponibilizado à equipe do projeto listagens dos acervos dos equipamentos para auxiliar na contagem e no mapeamento, os objetos listados nesses documentos seguiam uma sequência numérica simples que foi informado no campo de “outros números” para não ocorrer dissociação dessa informação. Durante a pesquisa, foi verificado que diversos objetos não foram encontrados, por não fazerem mais parte da instituição ou por não possuírem documentação sobre seus destinos, e que novos foram incorporados aos acervos após a realização da listagem fornecida.

⁶ “manifestações e produções realizadas a partir de computadores, equipamentos digitais e eletrônicos, estudados pela área de Museologia” (BRITTO; MAGALDI, 2018, p.08)

Uma das primeiras ações que a equipe que fez o trabalho de campo realizou ao preencher os campos, foi anotar nas observações a localização de cada objeto, tanto em relação ao prédio em que se encontrava como também da sala dentro dele. Informação importante para o perfil 4 que possui uma gama de locais aos quais precisaram ser visitados e que se não houvesse esse campo dificultaria o trabalho de localização dos objetos dentro dos equipamentos da Secretaria.

Para os arquivos digitais, ou seja, as obras em formato digital, foi criada uma segunda planilha, para poder acrescentar os campos desse acervo, porém não substituiu e nem excluiu os campos solicitados pela Secretaria, pois foram os primeiros exemplares dessa tipologia encontrados em responsabilidade da SECEC. Foi tomada essa ação para poder abranger as singularidades dessa tipologia de objeto que está cada vez mais presente nas instituições museológicas. Quase todo esse acervo, considerado assim por funcionários do equipamento em que se encontram, é composto por arquivos natos digitais ou por reproduções digitais que não se tem acesso ao original físico, então essas coleções foram consideradas inicialmente para o mapeamento como objetos digitais próprios para os equipamentos pertencentes, porém após consulta a pesquisadores especializados e discussões internas decidiu-se considerar como recurso expográfico⁷. Mesmo não sendo considerado como acervo, a equipe desenvolveu uma listagem e entregou juntamente com todo o projeto.

Um caso peculiar encontrado em um dos equipamentos visitados foi de objetos *fac-símiles*, ou reproduções, que integram o acervo como objetos do museu, que não possuem os originais, e que por essa razão foram mapeados como patrimônio da Secretaria, já que foi incorporado como acervo do equipamento pela equipe que trabalha no local, eles entendem esses objetos como integrantes e importantes para a narrativa da instituição; porém a integralização como acervo é discutida no Produto 3. Na planilha de preenchimento do mapeamento essa informação foi ressaltada entre parênteses como “reprodução do original” após o título no campo de mesmo nome, assim como Ferrez (1995) indica. Não há registro e nem foi descoberto durante a pesquisa documentos que remetam a localização dos originais dessas coleções.

⁷ Explico melhor sobre essa decisão no capítulo 3.

Outro caso peculiar encontrado durante a pesquisa, foram de objetos que mesmo sendo sob a salvaguarda de uma instituição e que estejam passando pelo processo de musealização, ainda mantém as funções originais e não há indícios de que perderão essas atribuições, um exemplo é um dos pianos que o Teatro Nacional abriga, que é um modelo de uma empresa renomada no mercado e é utilizado por pianistas durante ensaios e apresentações. Essa circunstância, mesmo indo ao encontro do inciso 1 do artigo nº 3 da Normativa nº2 de 2014 que diz que os objetos “ao serem incorporados aos museus perderam as suas funções originais” (IBRAM, 2014, p. 1), acontece porque esses objetos são essenciais para a atividade em que estão inseridos, mas são de extrema importância para a história da Secretaria e foram indicados para serem patrimônio dela no produto 3. Um caso muito famoso nesse sentido é o do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty que é

um acervo conhecido e apreciado pelo povo paratiense. Boa parte dos objetos transita pela cidade diversas vezes por ano, integrando as festas que proporcionam às ruas e às casas um sentido especial. Na maior festa religiosa da cidade, a do Divino Espírito Santo, que reúne anualmente milhares de pessoas, esse acervo tem papel de destaque; participa de procissões e celebrações, transfere-se para a casa dos festeiros durante os dez dias da festa e circula pelas ruas nas mãos de adultos e crianças. (CHAGAS; STORINO, 2014, p.86)

Percebe-se que a musealização do objeto não obriga a interrupção de sua função originária para a salvaguarda, já que ele ainda faz parte da vida cultural da sociedade que o define como importante. Não cabe a uma instituição museológica impedir essa relação, já que é ela a norteadora para o conceito do museu proteger o patrimônio, a ligação entre o objeto e a sociedade.

Alguns dos objetos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), edital da Secretaria que promove diversas ações de cunho cultural por Brasília com apoio de capital público e que por isso quando produz material físico deve ser doado uma porcentagem para a SECEC, foram mapeadas e registradas pelo ProDoc, porém esse acervo vai ser melhor pesquisado por outro projeto da Secretaria focado apenas nos objetos oriundos deste edital de fomento à cultura.

Ao total foram mapeados 382 objetos e 203 arquivos digitais.

Informações mais técnicas e específicas sobre os acervos, justificativas e decisões tomadas podem ser encontradas nos memoriais produzidos pela consultora e disponibilizados pela Secretaria, deixarei a referência destes nas Referências da monografia.

2.4 Análise dos campos de informação presentes na planilha do mapeamento⁸ do perfil 4

Os campos de identificação presentes no ProDoc do mapeamento são embasados pela Resolução Normativa nº 02/2014 que regulamentou os campos mínimos que devem estar na documentação museológica necessária para o INBCM durante o período de atuação desse projeto.

São os seguintes⁹:

- número de registro: número que identifica o objeto dentro da instituição, marcado na própria peça ou adjacente a ela com material neutro e que não a agrida. Caso já não esteja enumerado a SECEC recomenda a utilização do padrão alfanumérico, com cada perfil utilizando uma letra que represente a sigla do equipamento identificado e um número sequencial de cinco dígitos. Para o perfil estudado por essa monografia, que não é atado a um museu em específico, a recomendação é utilizar as letras da sigla da secretaria “SECEC” e os cinco dígitos sequenciais.
- outros números: numeração diversa atribuída ao acervo, algum número antigo, que já não é mais utilizado, patrimonial, de listagem antiga ou que por algum motivo tem relação com o objeto e não pode dissociar;
- situação: campo de escolha entre as opções: localizado, não localizado ou excluído. Para identificar se o objeto está localizado ou se foi perdido ou descartado, com base em documentações ou registros antigos;
- denominação: o nome que identifica como objeto, como ele é comumente conhecido;

⁸ A discussão sobre a utilização do termo mapeamento como instrumento da documentação museológica vai ser feito no capítulo 3.

⁹ Os campos apresentados a seguir são da Normativa citada, mas as definições foram elaboradas por mim, unindo a explicação apresentada na normativa e como ela foi adotada pela equipe.

- título: nome atribuído ao objeto para identificação individual, geralmente designado pelo autor ou pelo proprietário, porém caso não tenha o responsável pela documentação também pode realizar essa atribuição com base em aspectos do objeto;
- autor: pessoa física ou jurídica responsável pela criação e/ou concepção do objeto;
- classificação: informação de identificação de acordo com vocabulário controlado, no caso para a museologia é utilizado o “Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros” de Helena Dodd Ferrez (2016);
- resumo descritivo: descrição visual, técnica e funcional do objeto, com objetivo de identificar seus aspectos figurativos em forma de metadados e sua função original antes de ser musealizado;
- dimensões: informação sobre as proporções espaciais do objeto, podendo ser descrito de forma bidimensional (altura e largura), tridimensional (altura, largura e profundidade) ou circular (diâmetro e espessura), pode também ser descrito o peso do objeto. Para padronização dos metadados, deve ser informado na unidade de medida de centímetros;
- material/técnica: dados sobre os materiais que compõem o objeto e as técnicas empregadas no processo de produção deste;
- estado de conservação: análise do estado de conservação do objeto, especificando se ele está bom, regular, ruim ou precário e descrevendo tecnicamente o motivo dessa seleção. Esse campo teve maior detalhamento no segundo produto do ProDoc, com uma descrição mais aprofundada e possibilidade de tratamento;
- local de produção: informação sobre onde o objeto foi produzido, optando por uma descrição cidade/estado/país, porém caso não tenha a informação precisa, escrever de acordo com o que possui;
- data de produção: informação sobre quando o objeto foi produzido, optando por uma descrição dd/mm/aa, porém caso não tenha a informação precisa, escrever de acordo com o que possui;

- condições de reprodução: informar se o objeto pode ser divulgado ou reproduzido em mídias, se há alguma restrição ou não para ações de comunicação.

- mídias relacionadas: existência de fotos ou vídeos do objeto. Campo utilizado para inserir hiperlink das fotografias tiradas pela equipe que devem ser salvas em uma pasta compartilhada e anexadas neste campo da planilha;

Figura 4 - Ficha utilizada para preenchimento presencial das obras

PRODOC - MAPEAMENTO PERFIL 4

LOCAL

Nº registro		Outros nº		Situação/localização	
Denominação					
Título				Autor	
Dimensões		Altura		Largura	
		Diâmetro		Profundidade	
		Espessura		Peso	
Material / Técnica					
Estado de conservação		Bom Regular Ruim Precário		Especificação	
Local de produção				Data de produção	
Condições de reprodução			Mídias relacionadas		
Observações					

Fonte: criado pela equipe

Além dos campos da normativa, os consultores tiveram a liberdade de acrescentar campos que observassem como necessários para melhor documentar os objetos e coleções mapeadas, só necessitando ter a anuência da secretaria para esses acréscimos.

Quando se trabalha com várias instituições, que mesmo abarcadas por uma única superior hierarquicamente, ainda se deve analisá-las pelas suas individualidades, pois cada uma tem visões e objetivos próprios e possuem acervos que representam ideias e conteúdos diferentes. Por isso, ao planejar uma documentação museológica para as coleções é necessário analisar o objeto e pensar em quais campos ele necessita para ser compreendido por completo.

Pela especificidade do perfil 4 e da diversidade de tipologias de acervos encontradas, foram pensados alguns campos que não estão definidos pela Normativa nº2 do Ibram, os quais foram levantados e debatidos pela equipe de trabalho, embasados em autores que pesquisaram sobre os assuntos ou em outros projetos de

documentação museológica e submetidos para aprovação da Secretaria, que deu parecer positivo para a utilização deles no mapeamento.

A maioria dos campos foram acrescentados para mapear arquivos digitais, que pela sua particularidade necessita de campos de descrição específicos para esse campo da museologia, porém pouca informação específica foi encontrada pela equipe, o que culminou na decisão de não considerar como acervo, e sim como recurso expográfico.

São os seguintes¹⁰:

- localização: o único campo para objetos físicos, se refere a localização espacial do objeto, podendo ser do móvel que salvaguarda o objeto dentro da instituição, até o prédio que o abriga. Utilizado no mapeamento para identificar em qual equipamento cultural da Secretaria o objeto se encontra.
- tamanho: tamanho em bytes, unidade de medida para mídia digital de cada arquivo;
- tipo: informação sobre qual a tipologia dessa mídia digital, uma foto, vídeo ou áudio;
- formato: detalhamento em relação a tipologia da mídia, o formato em que o arquivo está salvo, se for uma foto pode ser jpg., png., etc;
- arquivo nato digital: se o arquivo é uma digitalização de objeto físico ou se foi originalmente feito no digital;
- suporte físico: caso o objeto não seja nato digital, se o suporte físico ainda existe;
- local do suporte físico: localização geográfica de onde está o suporte físico original do arquivo digital;
- forma de digitalização do objeto: informação sobre de que maneira o objeto foi digitalizado;
- local de armazenamento da digitalização: referente à instituição que mantém armazenado o arquivo digital;

¹⁰ As definições aqui apresentadas foram elaboradas pela equipe.

- autor da digitalização: pessoa responsável por digitalizar o objeto que é originalmente físico;
- data da digitalização: informação correspondente à data que o objeto físico foi digitalizado, descrito em forma de dd/mm/aa;
- dispositivo utilizado para a digitalização: equipamento utilizado para digitalizar o objeto;
- configurações do dispositivo utilizado para a digitalização: as configurações técnicas que o equipamento continha no momento que o objeto foi digitalizado;
- resolução da digitalização: qualidade do arquivo em pixels;
- editada digitalmente: se o arquivo passou por algum processo de edição digital;
- licença de uso da digitalização: qual o tipo de licença a instituição mantenedora possui para o uso da digitalização;

Houve debate entre a equipe sobre a inserção de outros campos de informação, mas que, pelo empecilho de tempo ou de não conseguir as informações não foram inseridos na ficha do mapeamento, porém continuam extremamente pertinentes para as ferramentas de inventário e catalogação que serão desenvolvidas futuramente nesses espaços.

Esses campos correspondem à história do objeto, sobre sua função originária, procedência, antigos proprietários, forma de aquisição pela instituição, exposições que participou, locais para os quais já foi emprestado, se já passou por alterações e/ou processos de conservação e restauro. Informações necessárias para documentar o passado do objeto e fomentar e auxiliar ações futuras como exposições, descarte ou processo de restauração.

Foi desenvolvido um trabalho que pode aparentar ter sido simples, mas que possuiu várias camadas de desenvolvimento que se entrelaçaram para que as ações posteriores sejam tomadas de maneira mais fácil, rápida e aprofundada. Precisou de diversas reuniões de debate para chegarmos às metodologias a serem seguidas, às decisões tomadas, aos argumentos apresentados e defendidos e as correções a

serem feitas. Um empenho em equipe para entregar produtos satisfatórios e completos, embasados com as teorias mais aceitas e adaptados da maneira mais adequada às realidades as quais convivemos.

3 INFERÊNCIAS ACERCA DO MAPEAMENTO

Antes de começarmos a debater sobre os termos utilizados no ProDoc da SECEC, devemos entender em que contexto esse projeto foi planejado e executado, qual a situação dos objetos salvaguardados nos e dos museus e equipamentos acautelados pela Secretaria.

Só no ano de 2014 a Secretaria realizou concurso para o cargo de especialista em museologia, até esse momento os funcionários com especialidade na área que ali atuavam eram por cargo comissionado, de “livre nomeação e exoneração da autoridade administrativa competente” (SANTOS, 2015, p. 21), ou cedido de outro órgão. Por essas formas não serem estáveis e ficarem à juízo de terceiros, sempre que havia mudança no quadro administrativo o trabalho desenvolvido estagnava e a maioria das informações eram perdidas, como as listagens que citei no segundo capítulo que são resquícios de alguns desses trabalhos desenvolvidos.

Com o advento dos especialistas em cargos concursados, os trabalhos começaram a ser desenvolvidos de formas mais duradouras e contínuas, porém por se tratar de uma secretaria, que tem vários museus e equipamentos sob sua responsabilidade, esse trabalho é extensivo e demorado. Além de ficar sujeito as escolhas e interesses de secretários nomeados por governantes e que podem mudar dependendo da situação.

Os equipamentos culturais da Secretaria não possuem museólogo em seu quadro de funcionários e isso, mais especificamente em museus, prejudica os trabalhos de competência dessa função e que são essenciais e necessários para essas instituições. A realização desses trabalhos fica a cargo dos especialistas da própria SECEC, porém como dito anteriormente, são muitas atribuições e responsabilidades para a pouca quantidade de pessoal.

Desde 2019 esse projeto de mapeamento da SECEC está em desenvolvimento pelos funcionários da DIPRES da SUPAC, e abriu vaga para contratação de consultores em 2020. A implementação do projeto sofreu atrasos e tardou a acontecer por causa da pandemia de COVID-19 que assolou o Brasil no mesmo ano e no posterior, e que nos fez repensar as formas de trabalho, em formato remoto ou com todas as medidas de prevenção quando realizada em formato presencial.

Esse projeto foi uma das maneiras de mitigação e de realização de um trabalho amplo, de maneira rápida e introdutória, que teve como objetivo captar informações base para desenvolvimento de trabalhos do eixo de documentação e conservação das instituições. Planejado pela Secretaria e desenvolvida em parceria com a UNESCO para contratação de consultores para auxiliar nesse trabalho, e que se fosse desenvolvido só pelos especialistas levariam anos por falta de pessoal qualificado para a função.

3.1 Sobre o Mapeamento

O termo mapeamento é comumente utilizado na literatura como ferramenta da área do patrimônio cultural, mais especificamente do patrimônio imaterial, ele é a “identificação de elementos culturais, de modo geral, considerando peculiaridades e oposições que implicam na compreensão e reconhecimento de expressões como manifestações e grupos artísticos culturais” (ROSARIO, 2017, p. 3). Se fizermos uma busca pelos termos “mapeamento” + “museu” em repositórios e plataformas de busca acadêmica visualizaremos que estão interligados com setores de exposição, público, formas de expressão e não com a documentação do acervo em si.

Figura 5 - Captura de tela do Google Acadêmico

The screenshot shows a Google Scholar search interface. At the top, the search bar contains 'mapeamento museu' and a search icon. Below the search bar, it indicates 'Aproximadamente 47.800 resultados (0,04 s)'. On the left side, there are several filter sections: 'Artigos', 'A qualquer momento' (with sub-options for 'Desde 2021', 'Desde 2020', 'Desde 2017', and 'Período específico...'), 'Classificar por relevância' (with 'Classificar por data'), 'Em qualquer idioma' (with 'Pesquisar páginas em Português'), 'Qualquer tipo' (with checkboxes for 'Incluir patentes' and 'Incluir citações'), 'Artigos de revisão', and 'Criar alerta'. The main content area displays search results. The first result is titled 'Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo' by J. Baptista and T. Boita, published in 'Cadernos de Sociomuseologia, 2017'. The second result is '... em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição "Memórias da Terra" Museu da Geodiversidade-IGEO/UFRJ com o mapeamento das ...' by AR Castro, KL Mansur, and IS Carvalho, published in 'Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014'. The third result is 'Pinacoteca de São Paulo: um mapeamento da comunicação no museu' by R de Oliveira Dias and J Doretto, published in 'Revista ...', 2021. Below the results, there is a link to 'Sob a lupa de Mnemosino: apontamentos para a identificação e mapeamento dos museus de Sergipe'.

Fonte: <https://scholar.google.com/scholar?rl=lang_pt&q=mapeamento+museu&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>

Então por que utilizar esse termo para um trabalho tão intrínseco da documentação museológica? Por que não utilizar termos e conceitos que já foram tão estudados, pesquisados e que ainda passam por um processo de desenvolvimento e normatização? As respostas para essas perguntas estão interligadas com as questões trabalhistas e de poder público apresentadas anteriormente.

Além de existir trabalhos feitos anteriormente que não foram finalizados, houve dissociações de informações e isso gerou confusão de dados, por falta e/ou excesso deles. Para começar foi então necessário saber o que realmente existe nos acervos e o que pertence a secretaria, analisar as documentações anteriores para saber o que ainda tem, o que foi perdido e o que foi acrescentado durante o passar do tempo. Foi necessário visualizar tudo o que cada instituição, que não possui museólogo próprio, considerava como acervo para depois filtrar o que realmente é definido como acervo de acordo com pressupostos do campo da museologia, foi necessário realizar um mapeamento para depois tomar a decisão, caso seja coerente e necessário, de musealizar ou não.

Os equipamentos culturais da Secretaria não possuem entre suas atribuições algo referente a salvaguarda e/ou comunicação de acervos, mas no Regimento Interno da SECEC (2010) ao fim de cada competência dos equipamentos, especificado por artigos, há “executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação” (DISTRITO FEDERAL, 2010) e isso permite que seja realizado essas funções, permite que abriguem acervos e exponham eles, se for a sua área de atuação e coerente com sua missão e objetivo do espaço.

O produto 1, sendo um mapeamento, surge como essa ferramenta inicial para saber tudo o que existe no museu para que no produto 3, o estudo propositivo, tenha indicações dos consultores sobre se esses objetos devem ser constituídos como acervo, se devem ser descartados, se devem ser considerados recurso expográfico ou doados para outra instituição. Esse produto 3 é o que detêm informação necessária para saber se os objetos devem ou não passar pelo processo de inventariação e catalogação.

Não há bibliografia suficiente que sustente e delimite a utilização do mapeamento como ferramenta da documentação museológica, e é justamente por

essa liberdade que ele é utilizado, para não definir e nem tornar aqueles objetos como realmente acervo da Secretaria e de seus equipamentos e museus. Com o auxílio do produto 3 eles serão estudados para saber se compõem ou não, se devem ou não serem musealizados nas instituições em que estão salvaguardados, antes de tomar qualquer ação decisiva com esse material.

Se é uma ferramenta tão inicial, por que utilizar tantos campos específicos? Por que utilizar a Normativa nº6¹¹ do Ibram que define campos básicos para documentação museológica?

Perante a Resolução Normativa Ibram nº6 de 31 de agosto de 2021, que diz sobre o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), tem no seguinte artigo “Art. 3º Todos os museus inscritos no Registro de Museus deverão informar ao INBCM sobre os seus bens culturais musealizados, conforme o art. 11 do Decreto nº 8.124/2013” (BRASIL, 2021). A Secretaria estando com seus museus inscritos no Registro de Museus precisa submeter para o INBCM as informações referentes aos acervos de acordo com os campos base da normativa, então para não precisarem realizar trabalho dobrado, utiliza-se o que foi produzido com o mapeamento.

O ProDoc possuindo seus acervos documentados já com essas informações, salvaguarda-as de serem perdidas, se, caso troque a pessoa responsável pela Secretaria e ela não se interesse por esse setor. O trabalho pode então seguir continuidade com a documentação museológica por uma equipe não tão grande e já tendo parâmetros iniciais, só necessitando de ajustes quanto a numeração e a campos específicos que podem ser agregados a catalogação.

Dois pontos sobre o mapeamento merecem maior detalhamento sobre suas singularidades, são eles a numeração utilizada e os objetos *fac-símiles* e arquivos digitais.

A numeração utilizada pela Secretaria segue o padrão alfanumérico, com letras que representam a sigla da SECEC, e números de cinco dígitos para comportar a quantidade de objetos “SECEC00000”. A problemática percebida é pela escolha da

¹¹ Antiga Normativa nº2/2014

sigla da Secretaria, pois ela pode sofrer alteração com decisão do governo no poder, pode se tornar um Ministério, pode perder o “Economia Criativa” ou ser substituído por um outro conjunto de palavras. Mas a escolha dessa fórmula não se torna tão problemática se analisar que essa numeração é apenas provisória e será modificada quando o acervo for posteriormente inventariado e catalogado, o porém é que vai haver todo um trabalho de trocar as etiquetas e renumerar os objetos, mas que já é previsto por haver também outras numerações de projetos anteriores e que precisam ser padronizados.

Os objetos *fac-símiles*, são reproduções físicas de objetos bidimensionais e não são considerados pela academia como acervo de museus pela dicotomia entre o “autêntico’, ‘original’, ‘verdadeiro’, diretamente opostas às noções de ‘inautêntico’, ‘falsificação’ ou ‘cópia” (BRULON, 2018, p.203), no tesouro de museus (FERREZ, 2016) não há menção a uma tipologia de reproduções ou cópias, isso demonstra como esses objetos são apagados na documentação museológica. Porém Cury (2005) defende a ideia de que

A dicotomia original/substituto foi, no entanto, minimizada pela argumentação de que o substituto não substitui os atributos da autenticidade, mas pode atuar face a certas necessidades e demandas. Isso posto, especificou-se o que seriam estes substitutos: cópia, réplica, reconstrução, maquete e modelos. (CURY, 2005, p.51)

E é com esse argumento que foi desenvolvido a defesa para integrar esses objetos como acervo, com indicação de que seja especificado tanto na documentação quanto na exposição que não são os originais. Esses objetos, mesmo que cópias, representam a relação do ser humano com a realidade, apresentam em si a ideia e objetivos da instituição em que se encontra, já que o “Homem é o grande protagonista do e no museu. O museu é um produto cultural sobre as realizações humanas” (CURY, 2005, p.66). Os objetos que fazem parte do museu também são esse produto cultural, são representações da atividade humana, e a instituição por não possuir os originais, esse material cumpre como representação dos objetivos da instituição em que se encontra. Além dessa questão, esses *fac-símiles* foram produzidos em material de excelência para sua conservação, perpetuidade e preservação.

Os arquivos digitais não foram considerados como acervo digital e sim recurso expográfico, pois não cumprem os requisitos necessários. O Ibram (2020) define acervos digitais como digitalizados ou nato digitais, e seus conceitos são:

Os acervos digitalizados possuem uma base física (um quadro, uma peça de mobiliário, uma escultura, etc.), que passam pelo processo de digitalização. Por sua vez, os nato digitais não têm uma fonte física, já nascendo no formato digital. Isso se aplica a muitos materiais contemporâneos por excelência, como e-mails, fotos, vídeos e gravações sonoras em formato digital, além de programas de computador (softwares) e de obras de arte digitais (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020, p.19)

Eles necessitam de tratamento específico, da mesma forma que os objetos físicos, porém diferente na forma e metodologia.

é necessário tratá-lo, documentá-lo e armazená-lo, juntamente com as informações que permitem sua identificação. São essas informações que, associadas, fornecem o contexto daquele item: quem o criou, quando foi criado, se possui direitos autorais ou de imagem, em que contexto pode ser usado, etc. Tanto a descrição, como o item digitalizado devem estar vinculados e armazenados em um local adequado, chamado, comumente, de “repositório digital de acervos”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020, p.19)

Os arquivos presentes nas instituições visitadas não possuem essas informações e não são tratados da maneira apresentada, por isso foi sugerido pela consultora e sua equipe a sua não integração ao acervo. Caso optem por integrar esses arquivos como acervo é necessário obter e tratar as informações deles da maneira definida e apresentada na publicação do Ibram que citei anteriormente.

3.2 Sobre a normativa do Ibram que regulamenta os campos de informação

Pesquisadores, autores, profissionais da área e funcionários de museus aplicam e/ou pesquisam a aplicabilidade da Normativa nº6 bem como de modelos internacionais à realidade dos museus que gerem ou que fazem parte. Há na maioria dos casos modificações ou acréscimos para adaptar a particularidade e a tipologia de cada instituição, levando em consideração suas peculiaridades e as necessidades dos acervos documentados.

Percebemos que mesmo para uma documentação museológica simples, um mapeamento que nem sequer é definido como uma ferramenta destinada para

documentação de acervos de instituições museais, a Normativa nº6 não possui campos que satisfaçam suficientemente bem. Mesmo que seja uma base para uma documentação complexa, ela é superficial e não compreende as informações necessárias.

Abordando o quadro que apresentei no primeiro capítulo, pagina 22, nota-se a adição de diversos campos que visam retirar do objeto todas as informações necessárias para compreender sua essência. Alguns campos possuem nome diferente, alguns passam despercebido, alguns são destrinchados em excesso, mas todos tem em comum uma variedade que não está proposta na Normativa.

Está presente nas três documentações campos que buscam esmiuçar o estado de conservação, com além de saber seu estado, mas restaurações já feitas, dados sobre, além de campos sobre como foi a aquisição do objeto, localização na instituição, dados históricos e extras como publicações, exposições, referências e observações, detalhes que compõe o âmago do objeto. Uma preocupação presente nas documentações analisadas é a do responsável, há campo para descrever quem realizou as ações, tanto de documentação, quanto de conservação, que afetam diretamente o objeto dentro da instituição. Botallo (2010) apresenta diversos campos para a identificação do Museu, uma especificidade por ser uma documentação para todos os museus da SEC-SP e que auxilia na localização espacial na cadeia de museus.

Mais estranho do que acréscimo de campos, há a ausência de alguns que estão presentes na Normativa mas foram ignorados nas outras documentações apresentadas no quadro. “Mídias relacionadas” e “situação” são os dois que não aparecem em nenhuma das outras, já “condições de reprodução” aparece com outro nome na de Padilha (2014) e não há menção nos outros. Esse apagamento pode ser explicado por alguns desses campos se relacionarem mais com uso e propriedade de imagem, direito autoral e de propriedade, do que sobre uma informação específica. O campo “situação” que é descrito na Normativa como campo para saber se a obra está localizada ou não pode ser abarcado no campo sobre a localização nos outros, que abrange mais do que uma resposta simples de sim ou não, contem informação de como localizar o objeto dentro da instituição.

Não trouxe outras documentações para comparar, pois esse não era o objetivo desta monografia, só desejava apresentar com poucos exemplos a discrepância entre o que é considerado como base e o que é aplicado pelas instituições e por museólogos, para assim reforçar o argumento da superficialidade dos campos definidos como base pela Normativa.

Se for realizado um trabalho mais complexo e detalhado apenas a Normativa não basta, é necessário campos que necessitem de pesquisa museológica profunda e que documente não apenas aspectos físicos do objeto ou visuais, mas o conteúdo imaterial e conceitual dele, já que o que define a catalogação é a necessidade de pesquisa, é seu nível de detalhamento e de aprofundamento. A proposta é ser uma base, mas o que chama atenção é que mesmo sendo uma base, há presença de campos específicos e que foram ignorados por outros trabalhos renomados, a pergunta que fica é qual a necessidade deles para uma base? A resposta que consegui é apenas o controle do uso da imagem, um campo administrativo que pode facilmente ser remodelado ou estar em documentações que acompanham o objeto e não necessariamente na catalogação ou inventário.

Houve algumas revisões da Normativa até o presente trabalho, e em nenhuma delas houve mudança nos campos, atualização ou adequação, estão descritos da mesma maneira e na mesma quantidade desde sua versão mais antiga e isso deixa a construção e padronização de metodologia para a documentação museológica brasileira estagnada. Parece não haver avanço, como se já estivesse no auge e que não precisasse de melhorias, mas se nota por documentações de outros museus que há um caminho longo até que realmente chegue em campos de informações básicos e norteadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir que a documentação museológica que é aplicada pelos museus atualmente não está perto de ser o que a teoria almeja, isso ou por falta de pessoal capacitado ou por pouco recurso ou por algum outro motivo, dificulta que os conceitos debatidos e pesquisados por estudiosos e pesquisadores sejam aplicados de maneira concreta e embasada. Apesar de que a teoria mesmo ainda não se chegou a definir ou sugerir, no Brasil, uma metodologia que abarque os campos mínimos ou os campos mais específicos que cada tipologia de acervo necessita.

Não podemos ficar satisfeitos com os resultados que são apresentados hodiernamente, há uma aparente falta de engajamento das instâncias superiores com a busca pela melhor metodologia a ser aplicada nos museus e uma sensação de satisfação com o que já foi construído, que apesar de ser uma grande vitória o que temos, ainda está longe de ser o ápice do que pode ser alcançado.

Essa pesquisa buscou estudar a funcionalidade e a aplicabilidade do que temos como base para a documentação museológica, regulada por uma normativa governamental e disseminada como obrigatória para as instituições museológicas que integram a Rede Nacional de Identificação de Museus possuírem. Para isso foi utilizado como objeto de estudo o trabalho de mapeamento realizado pela SECEC em parceria com a Unesco que iniciou atividades em escala mais ampla, segmentada e contínua em relação a documentação e conservação de seus acervos.

Para atingir esse objetivo foi apresentado no primeiro capítulo uma pesquisa sobre a documentação museológica, de como ela surgiu, as modificações ocorridas durante o tempo e debates internacionais e nacionais, para se ter melhor noção sobre o campo e sobre qual foi o caminho percorrido até chegar no que possuímos atualmente.

No segundo capítulo foi descrito o mapeamento proposto pela Secretaria e realizado pela equipe montada pela consultora Ivy Silva, com objetivo de apresentar o estudo de caso, suas bases e o trabalho desenvolvido no processo. Foi apresentado e descrito os campos de informação utilizados no mapeamento, tanto os definidos

pela Normativa do Ibram quanto os que foram acrescentados para abarcar as diferentes tipologias de acervo encontradas e as situações especiais deparados.

Para finalizar, no terceiro capítulo é discutido a aplicabilidade da Normativa do Ibram que dispõe dos campos base e de seus conceitos para documentação museológica, além de analisar as ações e atitudes praticadas no trabalho com os preceitos desenvolvidos pela museologia e por documentalistas de outras áreas.

As figuras presentes nos capítulos foram escolhidas para auxiliar o leitor a visualizar e a entender mais facilmente certos pontos levantados, e também para reforçar os argumentos que desenvolvi e debati nessa monografia.

No primeiro e no terceiro capítulo foi utilizado um quadro simplificado com os campos de informação de outros projetos de documentação museológica para visualizar as discrepâncias entre o que o Ibram define como base e o que foi aplicado em outros projetos. Não aprofundando nas escolhas dos campos e nem descrevendo e debatendo muito sobre eles, mas apenas utilizando para comparação e evidenciar as diferenças.

No segundo e no terceiro capítulo há a presença de ideias, conceitos e argumentos que estão presentes também em outros textos, como os memoriais que foram escritos para o projeto, pois suas escritas foram realizadas quase que em paralelo. Outros documentos da SECEC foram utilizados para a elaboração dessa monografia, pois possuíam informações referentes ao projeto em específico ou mais abrangentes das próprias instituições visitadas.

Foram consultadas além de fontes documentais, pessoas que me ajudaram a entender algumas questões levantadas no processo de escrita ou que surgiram com as leituras, então mais do que um ponto de vista pessoal, essa monografia reflete minhas vivências, experiências e aprendizados, reflete pensamentos e ideias passados por outras pessoas e conhecimento que adquiri com os anos no curso, com debates que participei, cursos que presenciei e de perguntas que fiz. São significados que adquiri e ressignificados que produzi.

O trabalho da documentação museológica não deve terminar em si mesmo, deve iniciar um ciclo de retroalimentação para a melhor gestão do acervo, e esse é

um dos objetivos do projeto escrito pela Secretaria, que esse trabalho inicie uma cadeia de outros trabalhos que convirjam e se conectam para funcionar com continuidade e utilidade. Meu objetivo com essa monografia segue um pensamento similar, início aqui um debate sobre a utilização do termo mapeamento como um instrumento da documentação museológica e também teço críticas sobre os campos de informação da Normativa do Ibram que necessitam de mais discussões e pesquisas para o aperfeiçoamento do campo da documentação.

Para finalizar, o mapeamento pode não ser considerado ou não ser estudado como uma ferramenta de documentação museológica, pode não ter artigos ou textos que embasem seu uso para com os acervos museológicos, mas como observado nessa monografia, foi a escolha mais plausível considerando o momento e a situação da SECEC e de seus equipamentos. Por isso faço aqui um breve comentário de que situações especiais requerem medidas especiais, e que apesar de sim, precisarmos chegar a uma metodologia a ser seguida, não devemos nessa construção restringir as opções ignorando as peculiaridades e os casos especiais que fogem do padrão comum.

REFERÊNCIAS

BAIA, Bernardo; CABRAL, Marcela Guedes. A documentação museológica do acervo documental do estilista paraense André Lima. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, p. 215-218, 2016. Disponível em <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/618>> Acesso em: 09 de jul. de 2021

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFES. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 8, n. 15/16, p. 27-40, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1674>> Acesso em 15 de jul. de 2021

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, p.48-79, 2010 Disponível em < https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2021

BRASIL. **Estatuto de Museus**. Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> Acesso em: 26 de set. de 2021

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 set. 2014. Seção 1, p.14

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em

consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 2 set. 2021. Seção 1, p. 156

BRITTO, Kátia; MAGALDI, Monique. MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBERMUSEOLOGIA: AS DIFERENTES DEFINIÇÕES DE MUSEUS ELETRÔNICOS E A SUA RELAÇÃO COM O VIRTUAL. In: **1 Encontro de Museologia da UnB**. 2018. Disponível em <<http://www.encontrosdemuseologia.fci.unb.br/index.php/1encontro/1encontromuseologia/paper/viewPaper/1>> Acesso em: 20 de out. de 2021

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. IN: Cadernos de Diretrizes Museológicas. **Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus**, p. 33-79, 2006. Disponível em < https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2021

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 241-253. 2000. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/268352473.pdf>> Acesso em: 09 de jul. de 2021

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa museológica. **Museus Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST**, p. 51-63, 2005. Disponível em < http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_7.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2021

CHAGAS, M.; STORINO, C. Museu, patrimônio e cidade: camadas de sentido em Paraty. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3, 25 Jun. 2014. Disponível em <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4532>> Acesso em: 29 de set. de 2021

CIDOC ICOM. **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação** (CIDOC – ICOM). Coordenação editorial da edição brasileira Gabriel M. F. Bevilacqua et al., tradução Roteiro editoração e documentação., revisão técnica Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo., Associação de Amigos do Museu do Café., Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em <<http://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>> Acesso em: 22 de set. de 2021

COSTA, Carlos Alberto Santos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA. **Revista Eletrônica Jovem Museologia**, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://docs.wixstatic.com/ugd/76cd3d_b7be2f51347b4d2c96bdd1f467358167.pdf> Acesso em: 09 de jul de 2021

CURY, Marília Xavier. Museologia-marcos referenciais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2005. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>> Acesso em: 29 de nov. de 2021

DIAS, L. L; OLIVEIRA, B.M.J. F de. **Gestão de acervo memorialístico**: proposta de elaboração de inventário do patrimônio cultural da UFPB. Relatório técnico. [S.l.]: Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes. Universidade Federal da Paraíba, 2020.. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18457>> Acesso em: 14 de jul. de 2021

DISTRITO FEDERAL. Regimento interno da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Brasília: **DODF Diário Oficial do Distrito Federal**. Publicado no DODF de 14 de dezembro de 2010

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Consultoria especializada para mapeamento dos acervos preservados nos

museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. **Termo de Referência**. Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Mapeamento dos acervos museológicos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. **Manual de Orientações referente a entrega do PRODUTOS**. Brasília, 2020.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 3, p. 124-132, 2010. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8629.pdf>> Acesso em: 28 de set. de 2021

FERNANDES, Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. Procedimentos Iniciais de Documentação em Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia–UFRB. **Revista Habitus-Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 16, n. 2, p. 345-360, 2019. Disponível em <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5992>> Acesso em: 09 de jul. de 2021

FERREIRA, Nathália. **Indumentária e documentação: um estudo sobre documentação museológica de acervos de indumentária em museus brasileiros**. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2021

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de ensaios**, v. 2, p. 64-73, 1994

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Fazer Arte. Gerência de Museus da Secretaria Municipal de Cultura, 2016. Disponível em <<http://www.tesauromuseus.com.br/>> Acesso em: 22 de nov. de 2021

FERREZ, Helena Dodd & BIANCHINI, Maria Helena. S. **Thesaurus para acervos musicológicos**. 2v., Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/MHN. Coordenadoria geral de Acervos Museológicos, 1987

Instituto Brasileiro de Museus. **Acervos Digitais nos Museus: Manual para a realização de projetos.** Universidade Federal de Goiás – Brasília, DF: Ibram, 2020

LADKIN, Nicola. **Gestão do Acervo: como gerir um museu: manual prático.** França: ICOM, 2004, p. 17-32

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. **SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses.** 2012. Disponível em < <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67304>> Acesso em: 22 de set. de 2021

MEDEIROS, Maria Ricken de. **Políticas de documentação em museus: intenções e práticas da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Portugal, e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Brasil.** 2015. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135525>> Acesso em: 23 de set. de 2021

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais,** 2008. Disponível em < <https://core.ac.uk/download/pdf/16015927.pdf>> Acesso em: 05 de jun. de 2021

MONTEIRO, Juliana et al. A noção de documentação em museus nas normas Spectrum e CIDOC/ICOM. 2014. Disponível em <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2600>> Acesso em: 22 de set. de 2021

NASCIMENTO, Rosana Andrade do. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Museologia – Centro de Estudos de Socio-Museologia,** n. 3, Lisboa, 1994

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de ‘Roupas Brancas’.** São Paulo, 2009. 133p. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. **Florianópolis: FCC,** 2014. Disponível em <

http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museologica_1.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2021 (35-61)

PERREIN, Iara Silva. **Tráfico ilícito de bens culturais e bases de dados: Um desafio para a documentação museológica na relação entre museus e instituições de preservação e segurança.** Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2016. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/17645>> Acesso em: 07 de set. de 2020

ROBERTS, Andrew. Inventário e documentação: **como gerir um museu: manual prático.** França: ICOM, 2004, p. 33-54

ROSÁRIO, Neusa Martins et al. **Mapeamento cultural em Serrolândia/BA: levantamento e organização de dados culturais.** Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21276/3/Mapeamento%20Cultural_spdc14_neusa-martins-e-clelia-neri-cortes.pdf> Acesso em 08 de nov. de 2021

SANTOS, Charles Guimarães dos. **Cargos comissionados: reflexões sobre este modelo de admissão no serviço público.** 2015. 57 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015. Disponível em <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11835>> Acesso em: 25 de out. de 2021

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo. Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios. **Pensamento & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 109-134, 2018. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/36082>> Acesso em 27 de set. de 2021

SILVA, Ivy; UNESCO, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto 914BRZ4020 – Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF; Mapeamento dos acervos museológicos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. Produto 1.** Brasília/DF, 2021.

SOARES, Henrique Ribeiro et al. **O uso do padrão Dublin Core para a catalogação de obras de arte:** Uma proposta para repositórios e museus digitais. Universidade de

São Paulo, 2017. Disponível em < <https://webmuseu.org/recursos/wp-content/uploads/sites/2/2020/07/Dublin-Core-em-Museu-de-Arte-Repositorio-Digital-TCC.pdf>> Acesso em: 22 de set. de 2021

VERDAN, Tauã Lima. **Anotações ao Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados:** Ponderações à Resolução Normativa nº 01/2014 do Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45064/anotacoes-ao-inventario-nacional-dos-bens-culturais-musealizados-ponderacoes-a-resolucao-normativa-no-01-2014-do-ministerio-da-cultura>> Acesso em: 29 de set. de 2021

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica:** uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93662>> Acesso em: 15 de jul. de 2021